

A inclusão na USP

Roberto Lobo 7 de maio de 2013

Ao analisar os dados da Fuvest 2013 verifica-se que a USP continua a receber, principalmente em seus cursos mais concorridos, estudantes que em sua grande maioria são oriundos de escolas particulares (80%). No entanto, no Brasil somente 12% dos estudantes de ensino médio estão matriculados em escolas privadas. Além disso, 50% dos ingressantes da USP pertencem às classes A e B (que são somente 21% da população) e 88% são brancos (contra 50% da população).

Este resultado demonstra a falência do ensino básico brasileiro em proporcionar igualdade de oportunidades para as diferentes faixas de renda e etnias. Embora estes números tragam uma mensagem de injustiça revoltante, é necessário analisar com cuidado os remédios propostos.

É justo que estudantes filhos da classe A e B, que cursaram colégios particulares, entrem em universidades públicas sem contribuir financeiramente para seus estudos? É difícil explicar no exterior a política educacional brasileira da universidade pública gratuita. Ao mesmo tempo, é necessário ampliar o auxílio financeiro aos estudantes necessitados.

Esses dados imediatamente levantam questões também sobre a política das cotas como uma solução para essa desigualdade. Seria necessário “democratizar a USP”? E a missão da USP comporta essa “democratização”?

Se a USP adotar as cotas e aumentar o acesso em geral ela ainda poderá se manter entre as melhores do mundo? Ou será que as cotas deveriam contemplar modelos institucionais mais variados do que somente universidades de pesquisa?

As melhores universidades do mundo em geral não chegam a 50 mil estudantes (incluindo a pós-graduação – a média das melhores dos rankings é 17 mil). É preciso que as universidades tenham suas missões claras para poderem cumprir suas metas e não se pode ser tudo ao mesmo tempo.

Vale destacar que as cotas raciais estão sendo questionadas nos EUA porque os resultados não têm sido os esperados (veja o livro *Mismatch*, de Sander e Taylor).

As cotas para estudantes oriundos das faixas de renda menores, com o devido apoio acadêmico, são, dentre todas, as mais justas porque a pobreza, geralmente associada ao pouco acesso à cultura, é o maior obstáculo ao sucesso acadêmico do estudante. A etnia ou raça, em si, não elimina candidatos, como ocorria em outros países.

Como corrigir isso?

a) Melhorar o ensino básico é uma solução de longo prazo e definitiva. O Brasil é um dos países que menos investe em seus estudantes do ensino médio público em relação aos demais níveis de ensino, superiores e inferiores, no mundo (dados OCDE);

b) Criar mecanismos de apoio aos estudantes das escolas públicas que desejem ingressar no ensino superior por meio de programas de reforço de conteúdos paralelos aos cursos médios;

c) Dar aos alunos oriundos de cotas forte apoio acadêmico, para não fracassarem pondo essa política por terra, ou, caso contrário, a universidade poderá sofrer uma queda de qualidade acentuada se for obrigada a se adaptar a padrões de formação menos exigentes;

d) As políticas afirmativas, no entanto, podem (e talvez devam) ser adotadas em um sistema de ensino estadual, por exemplo, da mesma forma que a ampliação do acesso ao ensino superior deve ser parte de um programa de governo, mas isso não quer dizer que as universidades de ponta devam se massificar ou adotar outras políticas compensatórias. A diversidade de oferta

deve provir de diferentes instituições de ensino superior que compõem o sistema completo de ensino.